


Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



EDUCAÇÃO:
SOCIEDADE CIVIL, ESTADO
E POLÍTICAS EDUCACIONAIS
2



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Kimberlly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais 2
/ Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-780-2

DOI 10.22533/at.ed.802210102

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a repensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021 e com a recente aprovação do uso emergencial das vacinas no Brasil, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Esse movimento sistemático de olhar para as diversas problemáticas postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto da crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade, portanto, é um desafio, aceito por muitas professoras e professores pesquisadores brasileiros, como os compõe esse livro.

Destarte, as discussões empreendidas nesta obra, “**Educação: Sociedade Civil, Estado e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Reúne-se aqui, portanto, um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem

os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CARTOGRAFIA DE UMA MILITÂNCIA MOLECULAR: A REVOADA SECUNDARISTA DE 2016

Fernando Hiromi Yonezawa
Lígia Caroline Pereira Pimenta
Marcia Roxana Cruces Cuevas

DOI 10.22533/at.ed.8022101021

CAPÍTULO 2..... 17

HOMESCHOOLING: DESAFIOS DO ENSINO DOMICILIAR NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA - ES

Mateus Xavier Corrêa
Sebastião Pimentel Franco

DOI 10.22533/at.ed.8022101022

CAPÍTULO 3..... 28

AUXÍLIO MORADIA NO IF BAIANO *CAMPUS* SANTA INÊS – UM REFLEXO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Nelian Costa Nascimento
Nívia Barreto dos Anjos
Tailan Bomfim Andrade

DOI 10.22533/at.ed.8022101023

CAPÍTULO 4..... 39

CREATION OF EDUCATIONAL RESOURCES IN ART HISTORY USING SEMANTIC TECHNOLOGIES

Antonio Sarasa Cabezuelo

DOI 10.22533/at.ed.8022101024

CAPÍTULO 5..... 51

AS METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: REFLETINDO SOBRE PRÁTICAS COLETIVAS

Dayane Horwat Imbriani de Oliveira
Taissa Vieira Lozano Burci
Sílvia Eliane de Oliveira Basso
Renata Oliveira dos Santos
Patrícia Lakchmi Leite Mertzig
Camila Tecla Morteau Mendonça

DOI 10.22533/at.ed.8022101025

CAPÍTULO 6..... 57

EXPERIENCIAS PEDAGÓGICAS EN ZONAS RURALES

Yuli Paulin Barinas Soto
Sara Lucía Gonzalez Aroca
Sandra Geraldine Ramírez Palacios

DOI 10.22533/at.ed.8022101026

CAPÍTULO 7	65
EDUCAÇÃO E CIDADANIA: O COMPROMISSO DOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS NA EFETIVAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	
Maria Leonilde da Silva.	
Antônio Rodrigues da Silva Filho	
DOI 10.22533/at.ed.8022101027	
CAPÍTULO 8	77
REPRESENTAÇÕES SOBRE A ESCRAVIDÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS: O QUE MUDOU TRANSCORRIDOS DEZ ANOS DA LEI 10.639/03?	
Caio Pinheiro Oliveira	
Áurea Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.8022101028	
CAPÍTULO 9	88
A IMAGEM DO QUE É SER ALUNO: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL	
Douglas Soares Freitas	
Gabriela Sanchez Benevides	
DOI 10.22533/at.ed.8022101029	
CAPÍTULO 10	96
O PROCESSO DE IN/EXCLUSÃO ESCOLAR DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL: A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES E AS POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL	
Claunice Maria Dorneles	
DOI 10.22533/at.ed.80221010210	
CAPÍTULO 11	104
BEING PARENTS OF TEENAGE CHILDREN IN THE CITY. INTERCULTURAL MEDIATION AS “EDUCATIONAL STYLE” OF INCLUSION AND CITIZENSHIP	
Margherita Cestaro	
DOI 10.22533/at.ed.80221010211	
CAPÍTULO 12	119
EJA: DIREITOS SOCIAIS EM CONFLITOS COM AS “NOVAS” IDEOLOGIAS	
Maurenilce Lemes da Silva	
Heloisa Salles Gentil	
Cálita Fernanda de Paula Martins	
DOI 10.22533/at.ed.80221010212	
CAPÍTULO 13	125
A GESTÃO DEMOCRÁTICA DENTRO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPO GRANDE – MS	
Maria Luiza Silva Toesca	
Juliana Cristina Ribeiro da Silva	
Juliana Roberta Paes Fujihara	

Manoel Garcia de Oliveira
Simone Cecon
Patrícia Helena Mirandola Garcia
DOI 10.22533/at.ed.80221010213

CAPÍTULO 14..... 138

PERSPECTIVAS DE ESTUDOS COMPARATIVOS DA FORMAÇÃO E CARREIRA DOCENTE: NECESSIDADES DE COOPERAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS NO ÂMBITO DO MERCOSUL

Magali de Fátima Evangelista Machado
Célio da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.80221010214

CAPÍTULO 15..... 159

APLICAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR E ACEITAÇÃO DOS DISCENTES – ESTUDO DE CASO

Ana Cristina Trindade Cursino
Carla Cristina Bem
Crizieli Silveira Ostrovski
Carolina Castilho Garcia

DOI 10.22533/at.ed.80221010215

CAPÍTULO 16..... 170

USO DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE À VULNERABILIDADE SOCIAL JUVENIL: EXPERIÊNCIAS DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO DO CEARÁ

Daiana de Jesus Moreira
Maria Socorro Braga Silva
Antonio Cid Freitas Barros

DOI 10.22533/at.ed.80221010216

CAPÍTULO 17..... 180

AMBIENTAÇÃO EM PLATAFORMAS DE E-LEARNING. PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA UCM-CED

Vilma Tomásia da Fonseca Francisco Manuel
Heitor Simão Mafanela Simão

DOI 10.22533/at.ed.80221010217

CAPÍTULO 18..... 195

IMPLEMENTACIÓN DE UN DISPOSITIVO DIDÁCTICO RECORRIDO DE ESTUDIO E INVESTIGACIÓN EN ESTADÍSTICA PARA ESTUDIANTES DE INGENIERÍA EN CONSTRUCCIÓN

Carmen Cecilia Espinoza Melo

DOI 10.22533/at.ed.80221010218

CAPÍTULO 19..... 204

CICLOS DE APRENDIZAGEM NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL: A NECESSIDADE DE SE DISCUTIR A FORMAÇÃO CONTINUADA DE

PROFESSORES

Livia Gonçalves de Oliveira

Otília M.A. da Nóbrega Dantas

DOI 10.22533/at.ed.80221010219

CAPÍTULO 20.....216

MEJORA DEL RENDIMIENTO ACADÉMICO MEDIANTE LA APLICACIÓN DE METODOLOGÍAS DE TRABAJO EN EQUIPO Y SISTEMAS DE RESPUESTA INMEDIATA EN LA UNIVERSIDAD CHINA

Xiaochen Yang

Jia Fu

Francisco Rodríguez-Sedano

Miguel Ángel Conde-González

DOI 10.22533/at.ed.80221010220

SOBRE O ORGANIZADOR.....229

ÍNDICE REMISSIVO.....230

CAPÍTULO 8

REPRESENTAÇÕES SOBRE A ESCRAVIDÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS: O QUE MUDOU TRANSCORRIDOS DEZ ANOS DA LEI 10.639/03?

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 05/11/2020

Caio Pinheiro Oliveira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Ilhéus-Bahia
<http://lattes.cnpq.br/2073121189151151>

Áurea Silva Oliveira

Universidade Católica do Salvador (UCSAL)
Ilhéus-Bahia
<http://lattes.cnpq.br/3524343582377914>

RESUMO: Considerando a centralidade do livro didático no processo de construção das representações, a pesquisa que consubstanciou esse artigo buscou identificar mudanças discursivas e imagéticas na maneira pela qual a escravidão-negra é representada em livros didáticos de História publicados nos dez anos posteriores à sanção da Lei nº 10.639/03. Para tanto, o livro didático foi tomado como um dos mais importantes recursos pedagógicos utilizados no ensino de História. Partiu-se da hipótese de que ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino da educação básica, a referida lei demandou a atualização dos referenciais historiográficos que por décadas balizaram as representações acerca da escravidão impressas nos manuais voltados ao ensino de História. Na busca de respostas a essa questão, foram analisados os livros que compõem a coleção História, Sociedade e

Cidadania de Alfredo Boulos Júnior, publicados entre 2003 e 2013.

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático; Representações; Escravidão.

REPRESENTATIONS ABOUT SLAVERY IN TEXTBOOKS: WHAT HAS CHANGED TEN YEARS AFTER LAW 10,639 / 03?

ABSTRACT: Considering the centrality of the textbook in the process of building representations, the research that substantiates this article sought to identify discursive and imaginary changes in the way in which black slavery was represented in history textbooks published in the ten years after the sanction of the Law No. 10,639 / 03. For that, the textbook was taken as one of the most important pedagogical resources used in the teaching of History. It started from the hypothesis that by making the teaching of African and Afro-Brazilian History and Culture mandatory in primary education establishments, that law demanded the updating of historiographic references that for decades marked the representations about slavery printed in the manuals. aimed at teaching history. In search of answers to this question, the books that make up the collection History, Society and Citizenship of Alfredo Boulos Júnior, published between 2003 and 2013, were analyzed.

KEYWORDS: Textbook; Representations; Slavery.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil, país que possui a segunda maior população negra do mundo, produziu, ao longo da sua história, um amálgama de relações sociais marcadas pela desigualdade entre os grupos etnicorraciais. Historicamente, a população negra foi relegada ao ostracismo social, submetida aos efeitos perversos do racismo e da discriminação socioeconômica, respondendo aos mais degradantes índices de desenvolvimento humano.

Na contramão desta realidade, desde o final do século XIX, quando se deu a abolição da escravidão, ratificada em 13 de maio de 1888 por meio da Lei Imperial n.º 3.353, a população negra vem buscando emancipar-se da condição marginal na qual foi imersa, encampando lutas para a conquista da cidadania e questionando o lugar atribuído aos afrodescendentes na estruturação do Brasil como Estado-Nação.

Nesse processo, a luta pelo direito à educação tornou-se prioridade de muitas organizações negras, das quais se destacam a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931, o Teatro Experimental do Negro (TEN), constituído em 1944 e o Movimento Negro Unificado (MNU), estruturado em 1978. Foi da FNB a proposta de se criar uma escola, o Liceu Palmares, com a finalidade de ministrar cursos aos seus associados. O TEN, por sua vez, ao propor um teatro feito por atores negros, promoveu a alfabetização com base na educação cênica. Já o MNU ratificou as reivindicações das organizações que o antecederam e apontou para a necessidade de se reavaliar o papel do negro na História nacional.

Como decorrência do capital político acumulado por essas entidades, em 9 de janeiro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, como medida de ação afirmativa, a Lei nº 10.639/03. Esta tornou obrigatório o ensino da História e Cultura da África e dos afro-brasileiros nos estabelecimentos de ensino público e privado da educação básica, constituindo-se uma ação estratégica para a superação do racismo, visto que a escola é um espaço privilegiado no que diz respeito ao reconhecimento e valorização da diversidade racial que caracterizam nossa composição social (ORÍÁ, 1996).

Mas do que uma iniciativa do Estado, a Lei nº10.639/03 deve ser traduzida como uma vitória da luta do povo preto. Se não fossem as entidades negras e sua capacidade de articulação, dificilmente teríamos um resguardo jurídico dessa natureza, fundamental na luta contra o racismo e discriminações correlatas. Não obstante, entraves de toda natureza foram transpostos para que o Movimento Negro pudesse celebrar essa conquista que, sem reticências, também é de toda sociedade.

Perseguido durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o Movimento Negro foi um dos protagonistas da luta pela redemocratização irrestrita. Sem flexibilizar, defendeu a correlação entre superação do racismo e liquidação da exceção ditatorial. Inspirando-se na luta dos afroamericanos pelos direitos civis, e nas independências de vários países africanos de língua portuguesa, propôs pautas específicas.

No campo educacional, além do acesso à educação formal em todos os níveis, as representações do negro, disseminadas no âmbito escolar via livro didático, passaram a ser alvo de críticas áspers. Intelectuais orgânicos e acadêmicos, comprometidos com a luta antirracista, dispuseram-se a revisar o papel do negro no passado nacional, tendo como fundamento novas balizas sociológicas e historiográficas que, no conjunto, alçaram o negro à condição de sujeito histórico.

Assim, atacaram as representações do negro enquanto escravo contidas nos livros didáticos de História. Para eles, a romantização da sociedade escravocrata, alicerçada nas relações harmoniosas entre senhores (benevolentes) e escravos (dóceis) deveria ser instada à condição de farsa histórica. Também questionaram a coisificação dos escravos, responsável pela bestialização dos negros no imaginário de várias gerações que passavam pela escola.

A imagem do escravo dócil e bestial sucumbia! Desta feita, considerando a centralidade do livro didático no processo de construção das representações, este estudo buscou identificar e analisar as mudanças nas representações discursivas e imagéticas em torno da escravidão-negra impressas em livros didáticos de História no decênio 2003-2013.

As questões de pesquisa, às quais se buscou responder, foram: no transcurso dos dez anos de aprovação da Lei nº 10.639/03 ocorreram mudanças nas representações sobre a escravidão contidas nos livros didáticos de História? Em que medida os livros didáticos incorporam as abordagens historiográficas que rediscutem a escravidão referenciando-se na resistência escrava no plano sociocultural?

A existência de poucos estudos, que analisam a Lei 10.639/2003 como fator indutor de alterações das representações acerca da escravidão em livros didáticos de História publicados após esse marco jurídico, justifica a relevância científica e social dessa pesquisa, desenvolvida no âmbito do programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, na forma de uma dissertação defendida em 2018 com o mesmo título deste artigo.

2 | OLHARES HISTORIOGRÁFICOS SOBRE O SISTEMA ESCRAVOCRATA

Entre 1970 e 1980, a pesquisa histórica da escravidão viveu mais um momento de reformulação. Distintos suportes teóricos foram acionados para pensar o escravismo, dos quais se destacaram a Nova história Francesa, o Neo-marxismo de Thompson, além dos renovados estudos das historiografias estadunidense e italiana com as sofisticadas análises da micro-história.

Muitos pesquisadores promoveram inflexões na História da escravidão; seria dada especial atenção ao papel dos escravos como agentes da História. Historiadores como Robert Slenes, João José Reis, Eduardo Silva, Maria Helena Machado, Sidney Chalhoub, Sílvia Hunold Lara, Hebe Maria Matos entre outros, inscreveram o escravo como sujeito

ativo nas relações escravistas e, para isto, perscrutaram nas fontes facetadas até então inexploradas, das inter-relações entre senhores e escravos.

O sistema escravocrata não seria mais enxergado pelo prisma macroestrutural. Isso, por sua vez, não significou esquecer os horrores da escravidão; do contrário, apenas se buscou devolver ao escravismo sua historicidade como sistema construído por agentes múltiplos, entre eles senhores e escravos (SLENES, 1999). Identificaram-se outros mecanismos criados/acionados pelos cativos nas suas constantes tentativas de arrefecer o arbítrio senhorial. Situações relacionadas à escravidão, até então pouco exploradas ou negligenciadas, eram revisitadas. As ações dos escravos seriam vistas e valorizadas como “elementos importantes para a compreensão da própria escravidão e de suas transformações” (LARA, 2005, p.25).

A formulação de novos marcos teóricos e metodológicos permitiu, no que concerne ao estudo da escravidão, responder novas questões e/ou reavaliar respostas cristalizadas pelo tradicionalismo historiográfico. Contudo, para o objetivo deste estudo, importou identificar a forma pela qual a nova história da escravidão foi transplantada para os compêndios escolares como resposta às alterações temáticas e conceituais propugnadas pela Lei 10.639/2003, determinando, com isso, mudanças nas representações em torno da escravidão instituídas em livros didáticos de História.

3 | O TEMA ESCRAVIDÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DEPOIS DA LEI 10.639/2003

Marc Ferro (1983), em sua obra “*A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*”, concluiu que a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida. Com base nessa afirmação, e considerando o papel exercido pelo livro didático na construção e legitimação das representações, neste trabalho, foram analisadas as edições de 2003 a 2013 da coleção *História, Sociedade e Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior. À luz do que preconizou a Lei 10.639/03, buscou-se identificar mudanças nas representações discursivas e imagéticas sobre a escravidão nos livros que compõem esta coleção.

A escolha da referida coletânea deveu-se ao fato de ser uma das aprovadas pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), e largamente utilizada no decênio 2003-2013 nas escolas públicas e privadas do país, o que a torna uma fonte privilegiada. Contudo, outro atributo pesou na escolha. Na fase de levantamento bibliográfico, alguns estudos apontaram a receptibilidade do autor e, por conseguinte, da coleção *História, Sociedade e Cidadania*, para as alterações conceituais e acréscimos temáticos propostos na Lei nº 10.639/03.

Permeável às temáticas emanadas da Lei nº 10.639/03, como atestado nas avaliações do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), na coleção *História, Sociedade*

e *Cidadania* são valorizadas a História da África e dos afrodescendentes e as lutas do Movimento Negro. Sobre a escravidão-negra, já se insinua uma alteração na abordagem do tema. O livro do 8º ano (2004) traz, como ilustração, uma pintura de Rugendas, intitulada “Negro e Negra numa fazenda”. A constituição corpórea dos escravos, aparentando saúde e ausência de sofrimento físico, além da liberdade com que dialogam, sugere uma escravidão branda, semelhante ao que concluiu Freyre (2004).



Figura 1: Casal de escravos em uma fazenda, ilustração de Rugendas (1893), livro do 8º ano (2004).

Contudo, na contracapa, há informações complementares por meio das quais é sugerido ao aluno que reavalie cuidadosamente a primeira impressão que teve do sistema escravista a partir da ilustração da capa. Este comando indica que, um ano após a sanção da Lei 10.639/03, à coleção *História, Sociedade e Cidadania* começam a ser incorporadas perspectivas historiográficas sincronizadas com a legislação, como se pode observar na imagem abaixo.



Figura 2: Informações complementares à capa do livro do 8º ano (2004).

No livro do 6º Ano (2004), apesar de ser priorizada uma narrativa marcadamente econômica, a resistência dos escravos no plano cultural é destacada. Após especificar os mecanismos tradicionais de repúdio à escravidão, como desobediência, danificação de ferramentas, incêndio de plantações, suicídio e agressões físicas aos senhores, informa-se que “os escravos resistiram também procurando conservar traços da sua cultura” (JUNIOR, 2004, p.62). Celebrações religiosas como a festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros, e a capoeira são apresentadas como manifestações de resistência. No corpo do livro, essa afirmativa é ratificada pela imagem a seguir:



Figura 3: Traços da resistência escrava em termos culturais.

A capoeira é apresentada como uma manifestação de resistência, estando seu universo simbólico carregado de elementos da cultura ancestral africana, como a religiosidade, a musicalidade, movimentos, costumes, entre outros. Todavia, esses elementos foram ressignificados na diáspora, resguardando, contudo, as contingências sociais impostas aos escravizados. Importa observar que a capoeira foi criada sobre uma base cultural africana, mesmo que suas características já existissem de forma isolada em outras manifestações africanas.

Esse olhar atribui ao escravo a capacidade de significar o mundo com autonomia. O escravo-coisa sai de cena para a entrada do escravo sujeito histórico e ativo no plano da resistência cultural. Isso vai ao encontro do que demonstrou Lara (1988) em seus estudos, quando apontou que apesar da violência da escravidão, o escravo não se manteve incapaz de resistir.

No livro do 8º ano (2009), outra alteração salta aos olhos e diz respeito aos escravos

de ganho. Sob o signo do paternalismo senhorial os escravos conseguiam viabilizar suas ideias e projetos. Mesmo que os senhores tomassem os espaços de autonomia como generosas concessões, a massa escrava as traduzia em direitos que deveriam ser mantidos. Daí, aponta-se que vários foram os desdobramentos da autonomia conquistada pelos escravos.

Quando se faz referência, no respectivo livro, aos ex-escravos que conquistaram a liberdade por meio da compra, relaciona-se esse fato a uma imagem de escravos de ganho. Nesse caso, através de sofisticadas negociações com seus senhores, muitos escravos conseguiam forjar espaços de autonomia e acumular um pecúlio com o qual subsidiaram a compra da carta de alforria. Essa leitura converge para um olhar em torna da escravidão que positivo os escravos enquanto sujeitos históricos.



Figura 5: Escravos de ganho no Brasil do século XIX

Na seção “leitura de texto” contida no livro do 8º ano (2004), a luta por espaços de autonomia é mais uma vez realçada. Trechos do Tratado de Paz¹ elaborado pelos escravos sublevados no Engenho de Santana em Ilhéus, na Bahia, são utilizados para permitir a desconstrução da visão de passividade dos escravos. Extraído da obra *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, de João José Reis e Eduardo Silva, a proposta de paz é inserida como leitura complementar, estando a ela vinculadas atividades de interpretação.

Os trechos da “proposta de paz” suscitam a construção de uma representação dos escravos como protagonista da sua liberdade. Embora o caso do Engenho de Santana não possa ser generalizado, não obstante, evidencia que os escravos foram capazes de

1 Documento criado pelos escravos fugidos do Engenho de Santana em Ilhéus na Bahia, e encaminhado ao seu senhor Manuel da Silva Ferreira, durante o tempo em que se conservaram levantados. Nesse documento os escravos afirmaram que não queriam a guerra, e sim a paz. Caso o senhor concordasse com eles na paz, esta deveria ser construída em conformidade com o que eles exigiam.

significar sua condição tendo em vista categorias de significação próprias. Essa perspectiva alinha-se à História Social de influência Thompsoniana, onde se valoriza as ações humanas na história, bem como seus limites e condicionamentos.

b. Leitura e escrita de textos

◀ VOZES DO PASSADO

O documento a seguir são trechos de um Tratado de Paz proposto por trabalhadores do engenho Santana de Ilhéus, na Bahia, em 1789. Leia-o com atenção.

Proposta de Paz

Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu senhor também quiser nossa paz há de ser nessa conformidade [...].

Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós não tirando um destes dias por causa de dia santo.

Para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa [instrumento de pesca] e canoas. [...]

Os atuais feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação. [...]

Podemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e podermos cada um tirar jacarandás [madeira de lei] ou qualquer pau sem darmos parte para isso. [...]

Podemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos empesca e nem seja preciso licença.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 123-124.



a) Quem são os autores deste documento e a quem eles se dirigem?

b) Reflita e opine. Qual das exigências dos trabalhadores você considerou mais importante? Por quê?

c) Pode-se dizer que os rebelados desejavam acabar com a escravidão? Justifique.

d) Esse Tratado de Paz pode ser considerado um ato de resistência escrava?

Figura 6: Diálogo com as interpretações contemporâneas da escravidão.

Ainda sobre a da resistência, em três edições do livro do 8º ano (2004, 2006 e 2009), há informações renovadas sobre o movimento de aquilombamento. A formação dos quilombos é tomada como uma das faces do enfrentamento da escravidão. No entanto, longe de apresentar os quilombos como núcleos sociais compostos por indivíduos degenerados, estes são descritos como uma alternativa às agruras da vida em cativeiro.

Nessas obras, fala-se especificamente do quilombo dos Palmares. Realça-se que os palmarinos viviam em liberdade, ou seja, tendo autonomia sobre seus destinos, como é possível observar no texto seguinte:

O maior e o mais duradouro de todos os quilombos brasileiros foi o dos Palmares. Teve início numa noite de 1597, quando cerca de quarenta escravizados fugiram de um engenho do litoral nordestino e refugiaram-se na Serra da Barriga, região montanhosa situada no litoral nordestino e refugiaram-se na Serra da Barriga, região montanhosa situada no atual estado de Alagoas. Como o lugar possuía grande quantidade de palmeiras, chamou-se palmares. Nos primeiros tempos, a população palmarina não era tão grande. Mas, com as invasões holandesas no Nordeste (1624-1654), desorganizou-se a vida nos engenhos, a vigilância diminuiu e os escravos aproveitaram para fugir. Segundo João José Reis, nesse período o quilombo chegou a ter cerca de 15 mil habitantes. Os africanos e seus descendentes eram maioria,

mas em Palmares havia também brancos pobres e indígenas expulsos de suas terras pelos colonos. O palmarinos viviam em liberdade e a seu modo, num conjunto de povoações chamadas (de mukambo, “esconderijo”, em quimbundo) (JUNIOR, 2004, p.21).

O heroísmo associado a Zumbi, líder maior do quilombo de Palmares, está presente na discussão em torno dos remanescentes de quilombos. Em três edições do livro do 8º ano (2004, 2006 e 2009), informa-se que mais de oitenta mil pessoas encontram-se vivendo de modo parecido com o dos seus antepassados quilombolas. Em algumas comunidades a língua falada conserva termos africanos. Frisa-se que “muitos habitantes das atuais comunidades quilombolas vêm travando uma luta árdua para reunir provas de que são descendentes de escravizados e de que as terras em que vivem lhes pertencem” (JUNIOR, 2006, p.64).

Entre as grandes rebeliões escravas, a Revolta dos Malês é analisada em duas edições do livro destinado ao 8º ano (2004 e 2009). Uma vez mais dá-se relevo ao protagonismo escravo no questionamento da ordem escravocrata. Ao endossar o caráter pluriétnico dos negros sublevados, as obras questionam uma das mais caras proposições da historiografia tradicional, quer seja: a incapacidade dos escravos de formularem ações unificadas contra o sistema escravista.

Destaca-se que a consciência coletiva foi forjada em torno de problemáticas comuns. Aponta-se como “os negros, escravos ou libertos, eram explorados no trabalho, desprezados por sua cor e perseguidos por causa de suas religiões” se aglutinaram (JUNIOR, 2009, p. 211). Ressalta-se no tratamento dado à Revolta do Malês, uma tentativa de entender as matrizes culturais que emprestaram inteligibilidade às relações sociais no Brasil escravista, bem como as estratégias, identidades e expectativas sociais desenvolvidas pelos escravos.

Quanto ao movimento abolicionista, não foram identificados subterfúgios discursivos e imagéticos capazes de ensejar novas representações acerca da escravidão. A abolição continua pensada dentro dos limites institucionais do Poder Legislativo, ou identificada às atitudes humanistas de abolicionistas brancos. O tensionamento escravo é de certa medida negligenciado, mesmo que a literatura especializada aponte sua existência. Figuras como Luís Gama, André Rebouças e Joaquim Nabuco são colocadas como expoentes da abolição. Entretanto, ao enaltecer a busca de libertos pela cidadania plena, os livros analisados questionam a posição de resignação com que os escravos foram representados pela literatura didática.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os livros didáticos vêm sofrendo alterações substantivas desde a década de 1980. É possível fazer essa afirmativa, mesmo que nesse esforço analítico tenha se concentrado fundamentalmente no tema escravidão. Dentre os fatores cruciais a determinar essas alterações destacam-se: as mudanças na historiografia brasileira processadas a partir dos

anos 1980, especificamente as pesquisas acadêmicas sobre a escravidão, e as políticas públicas implantadas no que diz respeito ao ensino da história e da cultura afro-brasileira.

Não se pode desconsiderar também o protagonismo desempenhado pelos plurais movimentos negros atuantes no país que, com suas mobilizações e pautas reivindicatórias, tornaram-se mais visíveis à Academia e pressionaram as instâncias decisórias a fazer concessões. A renovação pela qual passou a historiografia na década de 1980 do revolucionou a pesquisa sobre a escravidão no Brasil. A diversidade de fontes utilizadas e de temáticas abordadas permitiram remontar trajetórias de vida de personagens e de famílias cativas; permitiu que formas implícitas e explícitas de resistência escrava viessem à tona; corroborou para que negociações e conflitos no sistema escravista fossem revelados.

Muitas dessas pesquisas tiveram em Edward Palmer Thompson uma forte inspiração, enfatizando o protagonismo dos escravos nos mais variados sentidos, especialmente no que diz respeito a suas vidas. Além do historiador inglês, muitos dos trabalhos recentes sobre a escravidão foram influenciados pela micro-história italiana, fato que contribuiu para a redução da escala de análise como procedimento analítico. Esses trabalhos deixam evidente a complexidade que foi do sistema escravocrata brasileiro.

Uma parcela desse conhecimento gerado passou a ser incorporado aos livros didáticos, possivelmente influenciado o aluno do Ensino Fundamental II a identificar o escravo como ator social, sujeito histórico, particularmente no que diz respeito à sua vida. A aprovação da Lei nº 10.693/03 contribuiu na elaboração de novos retratos da escravidão, reposicionando o foco das discussões sobre o tema em sala de aula. Por causa dela, muitas escolas conseguiram enxergar seus alunos afrodescendentes além do dia da consciência negra.

A Lei passou a induzir também a maneira como os livros didáticos são escritos. Nesse sentido, até 2003, os livros didáticos de história, em sua maioria, trabalharam com o ensino de História centrado numa perspectiva eurocêntrica, destinando um espaço pouco relevante a temas relacionados à história e à cultura africana e afro-brasileira. Esses temas, quando apareciam, eram retratados de maneira reducionista, reforçando a ideia de superioridade do branco europeu em detrimento do negro africano, mesmo com o PNLD punindo e excluindo coleções tidas como preconceituosas desde os anos de 1990.

Após anos de lutas do movimento negro, a Lei nº 10.639/03 foi aprovada e, a partir desse marco jurídico, representações valorativas sobre a escravidão começam pontilhar os manuais voltados ao ensino de História, tendo sua maior ou menor densidade determinada por múltiplos fatores: interesses editoriais, regulação legislativa e orientação político-ideológica dos autores, são alguns dos determinantes que vêm influenciando nas alterações das representações acerca da escravidão nos livros didáticos de história.

Falando particularmente da coleção —História, Sociedade e Cidadania, a análise das edições de 2003 a 2013 desvelou mudanças na forma de se representar a escravidão. Identificou-se um esforço em deslegitimar a subalternidade do escravo, instando-o à

condição de protagonista na trama do sistema escravista. A partir dessa perspectiva, pululam em alguns livros artifícios discursivos e imagéticos que representam valorativamente o escravo.

Com efeito, para o interstício temporal delimitado pela análise, considerando os limites para renovação dos livros didáticos, foram observadas mudanças que, embora não tenham sido significativas em termos quantitativos, se mostraram significativas. Um longo caminho ainda há de ser percorrido, mas, a despeito das resistências, muitas ações sinalizam um futuro promissor, no qual através da escola serão formados indivíduos afeitos ao respeito, reconhecimento e valorização da diversidade sociocultural que caracteriza a sociedade brasileira.

Entretanto, para que essa realidade possa se efetivar, será preciso que as balizas historiográficas que vem ancorando as narrativas a respeito da escravidão nos livros didáticos sejam revistas, ou melhor, atualizadas pela História Social da escravidão que, no plano conceitual alçou o escravo à condição de sujeito história, portanto, passível de ser estigmatizado valorativamente.

Assim sendo, esta pesquisa longe de pretender esgotar as discussões sobre o tema da escravidão nos livros didáticos, materializa-se como uma contribuição ao debate. Sua necessidade encontra-se no fato de serem poucos os trabalhos que a partir de um enfoque historiográfico se arriscaram a avaliar as mudanças da forma de retratar a escravidão nos livros didáticos de História, tendo como fatores indutores dessas alterações a Lei 10.639/03 e os debates historiográficos contemporâneos acerca da escravidão no Brasil.

REFERÊNCIAS

FERRO, M. A História vigiada. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1989.

FREYRE, G. Casa Grande & Senzala. 49. ed. São Paulo (SP): Global, 2004.

LARA, S.H. Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1988.

LARA, S.H. Conectando Historiografias: a escravidão africana e o antigo regime na América portuguesa. In: BICALHO, M.F.; FERLINI, V.L.A. (Org.). Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI-XIX). São Paulo (SP): Alameda, 2005.

ORIÁ, R. O negro na historiografia didática: imagens identidades e representações. In: Simpósio Nacional de História. Texto de História, v. 4, n. 2, p. 154-65, 1996.

SLENES, R. W. Na senzala uma flor: esperanças na formação da família escrava. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, 1999.

JUNIOR, Alfredo Boulos. História do Brasil: Império e República. São Paulo: FTD, 2004.

JUNIOR, Alfredo Boulos. História do Brasil: Império e República. São Paulo: FTD, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aluno 69, 74, 81, 86, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 149, 168, 169, 209, 210, 211, 212

Ambientação online 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 189, 192

Ambiente virtual de aprendizagem 180, 181, 192, 193

Análise documental 125, 130, 135, 143

Aprendizagem ativa 159, 161, 163

Aprendizagem baseada em problemas 56, 159, 160, 162, 163, 165, 168

Assistência estudantil 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38

Autonomia 6, 17, 25, 37, 53, 54, 82, 83, 84, 103, 124, 127, 129, 136, 147, 157, 159, 166, 167, 181, 183, 186, 191

C

Cartografia 1, 2, 3, 4, 15, 16

China 216, 217, 218, 219, 225, 227, 228

Cidadania 26, 65, 71, 75, 77, 78, 80, 81, 85, 86, 96, 98, 102, 104, 120, 121, 128, 155, 174

Competências socioemocionais 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178

Conhecimento 17, 20, 21, 25, 54, 56, 57, 65, 66, 67, 69, 70, 73, 74, 86, 90, 93, 95, 97, 101, 121, 139, 140, 144, 146, 159, 160, 163, 168, 173, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 212

Currículo em ciclos de aprendizagem 204

D

Dados vinculados 39

Deficiência visual 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

Desigualdade social 28, 29, 30, 37, 179

E

Educação 1, 2, 3, 6, 10, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 52, 53, 56, 57, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 88, 89, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 193, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 229

Educação profissional 28, 29, 30, 32, 34, 37, 38

Educação superior 29, 32, 138, 139, 141, 146, 156, 158
EJA 2, 3, 6, 100, 119, 120, 121, 122, 123, 124
Emancipação social 96, 97, 98, 101, 103
Ensino domiciliar 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26
Ensino superior 21, 22, 31, 32, 51, 52, 53, 56, 70, 71, 92, 123, 138, 139, 158, 159, 162, 168, 193, 229
Escola de educação infantil 125, 128, 131
Escravidão 68, 70, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87
Espírito Santo 1, 3, 5, 8, 17, 20, 21
Estratégias de aprendizagem 195, 199, 200, 202

F

Formação continuada de professores 204
Formação docente 2, 65, 69, 73, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 151, 157, 215
Formación de ingenieros 195

G

Gestão democrática 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 169

H

Herramientas web 216
História da arte 39
Homeschooling 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

I

In/exclusão 96, 97, 98, 102

J

Juventude 5, 15, 170, 172, 173, 177

L

Livro didático 70, 77, 79, 80

M

Metáfora 88, 89, 92, 93, 94, 95
Metodologias ativas 51, 53, 54, 56, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 168
Micropolítica 1, 11, 12
Militância 1, 2, 3, 10, 11, 12, 13, 15
Museus 24, 39

N

Neoliberalismo 119

P

Pedagogia 23, 24, 57, 72, 88, 89, 91, 92, 103, 117, 118, 123, 124, 136, 157

Percepção estudantil 159

Plataforma Moodle 181, 182

Política educacional 119, 122, 124, 206

Práticas coletivas 51, 53

Preconceito 65, 68, 73, 74

R

Recorrido de estudio e investigación 195, 198, 203

Relações étnico-raciais 65, 69, 70, 75

Representação 4, 83

Rural 30, 33, 57, 58, 59, 60, 61, 64

S

Sala de aula invertida 159, 160, 163, 165, 166, 167, 168

Sistemas de respuesta inmediata 216, 222, 226

T

Teoría antropológica de lo didáctico 195

Teoria histórico-cultural 88, 89, 92, 93, 94

Tipos de aprendizaje 195, 200

Trabajo en equipo 216, 219, 221, 222, 226

Transição escolar 204

V

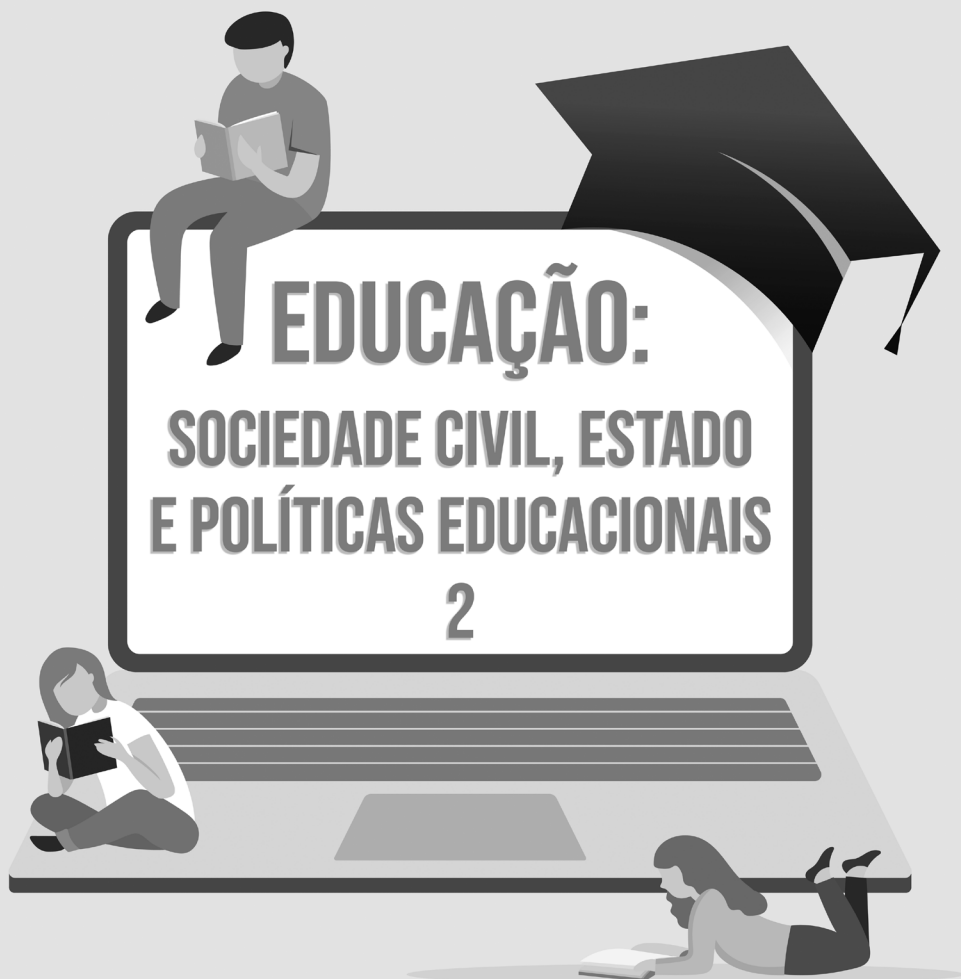
Valorização do magistério 138, 140, 142, 143, 146, 147, 154

Visitas 39, 130, 131

Vulnerabilidades 170, 173, 174, 175, 177

W

Wikidata 39, 41, 42, 43, 44, 48, 50



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora
Ano 2021



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021